

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RESSIGNIFICANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Grace D. da Fonseca e Silva – SAPIENS - gracefonseca01@hotmail.com
Ana Chrystina Vieira Paulino – SAPIENS - ana_chrysana@hotmail.com
Maria Gorete Macêdo e Silva- SAPIENS - gorete-macedo@hotmail.com

RESUMO:

A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, embora bastante discutida nos dias atuais, apresenta-se como um panorama repleto de contradições. Diante de tal afirmação, este artigo possibilita refletir sobre o fazer pedagógico após o advento desse processo, partindo do princípio que a educação precisa ser repensada e ressignificada para atender a todos, indistintamente. Aborda a relevância do papel do professor como personagem efetivo na tarefa de construtor do conhecimento, já que não se pode negar que existem caminhos e possibilidades para inserção e permanência dessa clientela no sistema regular de ensino. Discorre ainda sobre o trabalho desenvolvido no estado do Rio Grande do Norte, como também a legislação que assegura o direito da inclusão a todo cidadão brasileiro. Este artigo apresentou embasamento teórico em autores como Mantoan (2000), Martins(2003), Alves(2006), Sasaki(2006) e Minetto(2008).

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO. INCLUSÃO. PRÁTICA PEDAGÓGICA

ABSTRACT

The inclusion of people with special educational needs, although much discussed nowadays presents itself as a panorama filled with contradictions. Faced with such a statement, this article makes it possible to reflect on the pedagogical after the advent of this process, assuming that education needs to be rethought and ressignificadapara suit everyone indiscriminately. Discusses the important role of the teacher as natarefa effective character builders of knowledge, since one can not deny that there are ways and possibilities for insertion and retention of these clients in mainstream education. Also discusses the work done in the state of Rio Grande do Norte, as well as legislation that guarantees the right of inclusion to all Brazilian citizens. This paper presented a theoretical grounding in how authors Mantoan (2000), Martins (2003), Alves (2006), Sasaki (2006) and Minetto (2008).

KEYWORDS: EDUCATION. INCLUSION. TEACHING PRACTICE

1 INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com necessidade especiais ainda é um pouco desconhecida do grande público. Apesar de terem ocorridos avanços significativos,

ainda existem muitos caminhos a trilhar; a construção de uma sociedade mais justa, mais humana e mais feliz ainda reclama por adesões mais amplas. Ou seja, necessita da adesão de todos, o que implica atitudes de mudanças e ação, pois só o fato de defendermos esse processo não significa que se torne realidade.

A inclusão da pessoa com necessidade especial no âmbito escolar é um debate atual que demanda a organização de várias respostas de trabalho, pelas especificidades inerentes à pessoa humana e pelas diversas barreiras existentes no contexto escolar. Ao se pensar essa inclusão é importante refletir acerca do que é incluir de fato, já que se trata de um tema polêmico do ponto de vista da prática educacional. É preciso salientar que a integração é diferente da inclusão. De acordo com Sasaki (2006), a integração propõe a inserção parcial do sujeito, enquanto que a inclusão propõe a inserção total.

A política educacional muito tem contribuído para os avanços nessa área, mas à nossa volta ainda se convive com o desconhecimento, resistência, descrédito e preconceito, além de mitos, crenças irracionais e informações infundadas a respeito dessa clientela.

É preciso desconstruir esses mitos, agir, construir possibilidades para que se possa minimizar as dificuldades enfrentadas por esse público, para que se possa construir uma sociedade onde as diferenças individuais entre os seres humanos sejam respeitadas.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: BASES LEGAIS

Considerando que a educação é um direito de todos, dever do estado e da família, e que é na escola onde se media o conhecimento, esta não deve ser discriminatória e sim apresentar coletividade com o público, caracterizando-se como um local onde estudam alunos da comunidade, independente de sua etnia, raça, religião, sexo ou deficiências. Sendo assim, é considerada como espaço adequado para construção da cidadania e pleno desenvolvimento humano.

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, passando pelas convenções de Jomtien (1990), Salamanca (1994), Guatemala (2001), essa construção vem sendo garantida de forma irrestrita para todos.

Em nosso país não poderia ser diferente, já que o Brasil é signatário dessas convenções. Esses direitos são enfatizados em documentos como a Constituição Brasileira Federativa em seus Art. 205 e 208; Lei de nº 7853, Art. 8º inciso I; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (99394/96) nos Art. 2º e 58 § 2º; Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 53 e 54.

No estado do Rio Grande do Norte, o direito das pessoas com necessidades especiais está assegurado na Resolução nº 01 de 2003, do Conselho Estadual de Educação.

3 INCLUSÃO: DA TEORIA À PRÁTICA

Até bem pouco tempo se pensava que educar todas as pessoas em um mesmo espaço e ao mesmo tempo era uma tarefa impossível de se realizar. Isso parece bem evidente quando se recorre aos discursos de alguns professores que declaram não estar preparados para desenvolver uma educação para todos; que já tem mais de quarenta alunos em sala de aula, ou ainda, que já tem mais de trinta anos de Magistério, portanto em processo de aposentadoria; que se encontram cansados para enfrentarem tal desafio; sem esquecer que muitos atribuem a culpa ao sistema, que além de tudo não os remuneram condignamente para tamanha responsabilidade.

Não podemos falar de inclusão sem nos remetermos a exclusão, sendo assim faz-se necessário realizar uma retrospectiva histórica, enfatizando o percurso realizado pelas pessoas com deficiência, desde o começo da humanidade até os dias atuais.

Na antiguidade, as pessoas que apresentavam deficiência eram consideradas castigadas pelos deuses. A deficiência era entendida como uma patologia, algo contagioso que deveria ser curada, sendo assim, essas pessoas eram excluídas da sociedade, não tinham direito à herança, a voto e muito menos à educação.

De acordo com Martins(2003, p.23):

Por muito tempo as pessoas portadoras de deficiência foram vistas como pessoas diferentes, doentes e, até mesmo, inúteis. Foram alvos de atitudes, as mais diversas, que envolveram desde o extermínio ou a marginalização total, até a busca da inclusão plena na sociedade.

A educação destinada a essa clientela foi basicamente realizada de forma segregada. As pessoas com deficiências eram separadas das pessoas normais, já que tal deficiência era reconhecida como doença, sendo o deficiente visto como incapaz de aprender como os demais alunos. Dessa forma, coexistiram durante muito tempo dois sistemas de ensino: o regular e o especial, sendo o primeiro destinado às pessoas normais e o segundo as pessoas com deficiências, o que sinaliza um agrupamento homogêneo de educandos permeada pela boa intenção de se oferecer uma educação adequada às necessidades de cada grupo de educando, embora se pensasse que para pessoas diferentes, a educação oferecida também deveria ser diferente.

Graças a pesquisas realizadas nessa área, nas últimas décadas, começa-se a perceber que esse modelo existente não favorecia as necessidades reais dos educandos com necessidades especiais. Diante de tal constatação, vai se reconhecendo a importância de uma unificação dos dois sistemas, dando origem a um sistema único, capaz de atender as necessidades de todos os educandos.

4 O ADVENTO DA INCLUSÃO

A partir de 1990, inicia-se o processo de inclusão, cujo objetivo é efetivar o direito de todos à educação, o que se ratifica na declaração dos Direitos Humanos e é reiterado nas políticas educacionais. Entretanto, se percebe que existem milhões de crianças e adultos sem acesso aos sistemas de ensino.

Segundo Mantoan (2000, p.55 a 60), “incluir implica em acolher a todos os membros de um dado grupo, independentemente de suas peculiaridades; é considerar que as pessoas são seres únicos, diferentes uns dos outros e, portanto, sem condições de serem categorizados”.

Ainda menciona que:

A inclusão é, portanto, um conceito revolucionário, que busca remover as barreiras que sustentam a exclusão em seu sentido mais lato e pleno. Aplica-se a todos os que se encontram permanente ou temporariamente incapacitados pelos mais diversos motivos, a agir e a interagir com autonomia e dignidade no meio em que vivem. (2000, p. 55 a 60)

A educação inclusiva implica uma visão diferente da educação comum, tendo como base a heterogeneidade, considerando que cada aluno possui capacidade, interesses, motivação e experiências únicas, sendo assim, devem-se buscar alternativas para se desenvolver uma educação centrada na valorização e respeito às diferenças, contribuindo para minimizar as barreiras que impedem ou dificultam o desenvolvimento pessoal e social, tendo como meta favorecer o processo de ensino aprendizagem.

Diante desse contexto Alves e Barbosa (2006, p.15),colocam:

A inclusão escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos.

Essa política de educação demanda uma maior competência de todos os profissionais envolvidos, como também projetos educativos mais amplos e diversificados que se adequem às necessidades e interesses de todos os alunos. Além disso, a educação inclusiva demanda flexibilidade e diversificação da oferta da ação educativa, para que todos se favoreçam e obtenham as competências básicas, exigidas pelo currículo escolar que deve ser significativo para todos, sejam eles deficientes ou não.

Outros pontos que podem ser observados é que as escolas inclusivas favorecem atitudes de solidariedade, cooperação, respeito e valorização das diferenças, o que inegavelmente contribui para uma cultura de paz, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, democrática e acima de tudo, igualitária.

5 O PROFESSOR FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO

A inclusão implica muito mais que práticas pedagógicas, implica na postura e atitude do educador, que acima de tudo deve ter mente o respeito e a aceitação com o próximo, quanto as suas limitações; pressupõe que alguém a ser incluído necessita ter suas singularidades respeitadas, trabalhadas, desenvolvidas e integradas às do grupo que o receberá.

Minetto (2008, p. 49) destaca:

O processo de formação do professor é um direito e deve se estruturar, afim de possibilitar o desenvolvimento pessoal e profissional. Há necessidade de aquisições continuada de saberes, que venham favorecer respostas às necessidades reais impostas pela ação educativa.

Desta forma, compete ao profissional da educação buscar o conhecimento, preparação e formação contínua dentro de sua área de atuação docente. O mesmo deve se considerar um eterno aprendiz, respeitando a diversidade humana.

Para isso, é necessário acontecer uma reorganização das práticas escolares: planejamento, formação de turmas, currículo, avaliação e gestão de processos educativos. Sendo assim, reorganizar pedagogicamente a escola implica em abrir espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico para que sejam exercitados por todos que fazem parte do contexto escolar. Dessa forma, torna-se indispensável garantir aos educandos tempo e liberdade para aprender, bem como oferecer um ensino que não segrega e que reprova a repetência.

A escola inclusiva deve oferecer um ensino de qualidade, sendo capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, tendo como parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e cumprimento do projeto escolar. A atuação do gestor, coordenador, supervisor perdem o caráter controlador, fiscalizador e burocrático e adquirem caráter pedagógico.

Com relação ao professor, é necessário que este nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progressão dos alunos e que nunca desista de buscar meios para ajudá-los; deve partilhar com seus alunos a construção/autoria dos conhecimentos produzidos em sala, onde todos interagem e constroem ativamente conceitos, valores e atitudes; sendo indispensável que compreenda melhor as dificuldades, possibilidades e interesses de cada um.

6 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

No estado do Rio Grande do Norte, segundo dados preliminares do Censo Escolar 2013, publicado no Diário oficial da União, no dia 23 de outubro do ano em curso, o número de matrícula de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais passou de 11.086 para 11.670, no que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio e na modalidade EJA, fundamental e médio.

O Rio Grande do Norte é considerado pioneiro em efetivar a educação das pessoas com necessidades educacionais no sistema regular de ensino, sendo as classes especiais abolidas no início da década de 90. Sem contar com uma política educacional eficiente, que norteasse o princípio da inclusão, vivenciamos um processo difícil, de mudanças radicais na forma de se perceber o educando com deficiência nas escolas que apresentavam uma estrutura precária, sem condição de acesso e sem o respaldo da maioria dos professores.

Diante de tão gigantesca mudança e quebras de paradigmas, dentre eles de que a educação especial é a única responsável pela educação inclusiva, se faz entender que a inclusão faz parte de um projeto mais amplo que envolve as esferas da saúde, da assistência e do trabalho, abrangendo um conceito mais amplo do que inserção de alunos nas escolas.

A experiência diante dos fatos nos mostrou que não são somente decretos, projetos ou verbas que asseguram a efetivação do processo de inclusão. Hoje, podemos visualizar a importância de todos os autores desse processo alunos, professores, técnicos, gestores, família e da sociedade como um todo para efetivação das ações inclusivas no nosso estado.

Não podemos negar que ações ainda necessitam ser implementadas, pois o nosso sistema ainda se encontra fragilizado diante de tal grande mudança, dentre elas podemos citar: eliminação das barreiras arquitetônicas, atitudinais e teóricas metodológicas, formação de professores, material específico para atender as necessidades básicas dos alunos com deficiência.

Diante desse panorama teríamos motivos para estarmos em defasagem em relação a outros estados, no entanto estamos enfrentando tal situação com um espírito de luta que nos é peculiar, com muita garra, competência e criatividade para mudarmos a realidade do nosso estado e do nosso país. Ainda não chegamos ao que se pode chamar de ideal com relação ao processo de inclusão, pois estamos convencidos que temos muito para caminhar para construirmos uma escola mais democrática, que atenda a todos os educandos.

Diante do que foi exposto destacaremos os serviços que são oferecidos pelo estado do RN:

Chamada Escolar: pré-matrícula, destinada as pessoas com deficiência, realizada nos meses de outubro/novembro, tem como objetivo organizar as turmas de acordo com a resolução 01/2003 do CEE-RN, contribuindo para que a escola se organize para receber da melhor forma possível o aluno com necessidades educacionais especiais, inclusive com ações efetivas como a formação do seu quadro de pessoal.

Itinerância: é um programa de ação de acompanhamento técnico pedagógico às escolas, por meio de uma equipe de professores especializados, realizado semanalmente, com o objetivo de orientar a equipe pedagógica e professores nas questões relativas à inclusão.

Atendimento Educacional Especializado - AEE: São espaços organizados em escolas-polos com recursos adequados às necessidades de aprendizagem advindas das diversas deficiências. Constituem grande suporte para o processo inclusivo, pois trabalham com atividades voltadas para ampliação das percepções dos alunos sobre suas próprias possibilidades, com muita arte, criatividade, ludicidade e contextualização, favorecendo o desenvolvimento da capacidade dessas pessoas, tornando-as mais presentes no seu meio escolar e social.

Centro de Educação Especial - CEESP: Unidade de atendimento pedagógico, que oferece suporte ao processo de escolarização do aluno com necessidades educacionais especiais, por meio de atividades pedagógicas e psicoterapêuticas, com o objetivo de favorecer às diversas possibilidades de aprendizagem, contribuindo assim, para que os mesmos se reconheçam como sujeitos e produtores da sua história.

Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP: destinado ao atendimento dos alunos cegos e/ou com visão subnormal, o seu trabalho tem como objetivo a adaptação de material pedagógico o que favorece a inclusão de deficiente visual no sistema regular de ensino. O CAP também oferece cursos de Braille e oficinas de adaptação de material pedagógico para os professores da rede estadual de ensino.

Centro de Atendimento ao Surdo - CAS : Esse espaço tem como objetivo atender aos alunos surdos, com deficiência auditiva e surdos cegos do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Atendimento Educacional Especializado, além de oferecer para os pais e profissionais da rede estadual de ensino cursos de libras, o que vem a contribuir com o processo de inclusão.

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Altas Habilidades Superdotação–

NAAHS: Este espaço destina-se ao atendimento aos profissionais que atuam com essa cliente, favorecendo a identificação e orientando nas formas de atendimento (aceleração, enriquecimento).

Transporte Adaptado: O Estado dispõe de três ônibus adaptados que servem de apoio aos alunos da rede pública estadual que apresentam dificuldades de locomoção, esse serviço atende as quatro zonas da cidade e também ao município de Mossoró, conduzindo os alunos das suas residências à escola e vice-versa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais ainda não se constitui num conceito muito claro para os educadores em geral. Vivenciamos uma etapa de transição entre um modelo educacional que previa para as pessoas que apresentam necessidades especiais um atendimento específico, mas isolado, seja em classes ou escolas especiais, para outro que propõe a atendê-las de forma conjunta, em salas regulares, aceitando e respeitando as diferenças.

Nesse novo modelo, o sistema educacional deve propor respostas efetivas diante do desafio de educar todos os alunos. Para que isto aconteça é importante ressignificar a escola, objetivando uma prática inclusiva, o que implica em esforços de vários segmentos pertencentes a esse contexto educativo social, principalmente do professor. Desta forma, os papéis e funções dos educadores, regulares e especializados, devem ser revistos, propondo uma adaptação à nova realidade escolar.

Observa-se que o processo inclusivo, ainda hoje é considerado como difícil, moroso, cheio de avanços e recuos por parte de alguns pesquisadores, no entanto pela maioria das escolas vem sendo aceito de forma razoável, sendo percebido por muitos como trazendo possibilidades positivas para a instituição escolar, desafiando o professor a estudar, conhecer melhor seus alunos, aprofundando seu conhecimento, enriquecendo assim, a sua ação pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira; BARBOSA, kátia Aparecida Marrancon. **Experiências Educacionais inclusivas: Refletindo sobre o cotidiano escolar.** In: ROTH, Berenice Weissheimer. **Experiências Educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva:**

Direito à diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, centro gráfico, 1988.

_____. **Ministério da Educação.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília : Senado Federal, centro gráfico, 2012.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Senado Federal, centro gráfico, 1992.

MANTOAN, Maria Teresa Egléret aí. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições: uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: 2000.

_____, Texto publicado em *Espaço: informativo técnico-científico do INES*, nº 13 (janeiro-junho 2000), Rio de Janeiro: INES, 2000, pp 55-60.

_____, **Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão.** In: STOBAUS, ClausDieter e MOSQUERA, Juan José Mourino Educação (orgs). **Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva**, 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos. **Da Educação Especial à Inclusiva: um longo caminhar.** In:Markus Figueira da Silva (org). **Educação Inclusiva: uma visão diferente.** EDUFERN-Editora da UFRN, 2003.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2º Ed. Rev. Atual ampliada. Ibpx – Curitiba: 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.**7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.